

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Revolta de Beckman pelo olhar de João Felipe Betendorf e da Documentação do Conselho Ultramarino

Antonio Filipe Pereira Caetano*

Resumo: Uma dos movimentos de resistência mais importantes do período colonial ocorreu no Maranhão, entre 1684 e 1685, quando os irmãos Beckman, aliados aos proprietários de terra locais, destituíram o governo de Francisco de Sá e Menezes e prenderam o responsável pela Companhia Geral do Comércio do Maranhão, Pascoal Jansen. Os acontecimentos do antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão geraram uma larga produção que vai desde fontes primárias até os gêneros literários. Neste trabalho pretendem-se expor como duas fontes vêem aquele episódio. Para isso, escolhemos a visão do jesuíta João Felipe Betendorf e as informações administrativas produzidas pelo Conselho Ultramarino.

Palavras-chaves: revolta; política colonial; Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Abstract: One of the more important movements of resistance of the colonial period occurred in the Maranhão, between 1684 and 1685, when the brothers Beckman, allies to the local land proprietors, had dismissed the government of Francisco de Sá and Menezes and had arrested the responsible one for the General Company of the Commerce of the Maranhão, Pascoal Jansen. The events of the old State of Grão-Pará and Maranhão had generated a wide production that goes since primary sources until the literary sorts. In this work they are intended to display as two sources see that episode. For this, we choose the vision of the Jesuit João Felipe Betendorf and the administrative information produced by the Overseas Advice.

Keywords: revolt; colonial politic; Maranhão e Grão-Pará's State.

São Luis, princípio de Fevereiro de 1684. Manoel Beckman, Francisco Dias Deiró, Jorge de Sampaio, Tomás Beckman, Belchior Gonçalves, Manoel Coutinho, Lázaro de Melo e mais alguns padres faziam reuniões secretas, trocavam bilhetinhos no meio das missas e espalhavam pelas cidades panfletos de indignação contra a administração de Francisco de Sá e Menezes. Eram em sua maioria proprietários de terras, oriundos dos primeiros portugueses que se descolaram para aquela região, esses homens, após o sermão inflamado do frei Ignácio da Fonseca e Silva, que criticava as atitudes do estanco e reprimia a ação dos jesuítas, em 24 de Fevereiro de 1684.

* Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e doutorando em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde. Agradeço ao CNPq que financia a execução desse trabalho e a professora Virgínia Maria de Assis Almoêdo.

No dia seguinte, os moradores de São Luis com mais 100 revoltosos tomaram a cidade, renderam a tropa, prenderam o capitão-mor, Balthazar Fernandes, e deram início ao movimento conhecido como revolta de Beckman, sob a alegação de que eram leais vassalos e deveriam solicitar de seu príncipe alívio dos trabalhos, e a emenda das desordens, que se padecem; porque a súplica humilde, e não sedição violenta, é para isso o meio lícito e caminho certo. (COUTINHO, 2004: 196) O governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará encontrava-se em Belém onde poucos dias depois recebia notícias sobre o que estava acontecendo na capital pelo responsável da aplicação do estanco na região, Pascoal Jansen.

O movimento fora reflexo do contexto econômico, político e social difícil no qual viviam as capitanias do norte da América Portuguesa. Com atividades voltadas para gêneros de baixa produtividade e comercialização, como as drogas do sertão (anil, canela, cravo, salsaparrilha, alecrim e outros mantimentos), a região tinha uma pequena circulação monetária, o que ocasionava uma intensa utilização da mão-de-obra gentia já que os negros acabavam se tornando um produto caro para sua aquisição (BOXER, 2000). Além disso, a localidade também era marcada pelas diferenças internas, pois enquanto São Luis após uma inserção frustrada no mundo açucareiro acabou se voltando para as atividades extrativistas; Belém tornou-se um pólo comercial de abastecimento de gêneros. Apesar de a primeira ser a capital do Estado, era na segunda onde os governadores passavam a maior parte de sua administração.

As características do Estado do Maranhão acabaram gerando os principais motivos que levaram a eclosão do movimento de 1684. Em primeiro lugar, as medidas restritivas impostas pela *Companhia Geral do Comércio do Maranhão*. Criada de 1682, o estanco tinha por função abastecer a capitania de produtos variados e negros, apesar de ser bem recebida pela população, não cumpriu com suas atribuições, sendo marcada por acusações de roubos, privilégios comerciais para embarcações de produtos, vexações, má qualidade dos gêneros usados para munir a região, bem como não resolveu o problema da carência da mão-de-obra das lavouras locais (LISBOA, 1997: 85).

Em segundo lugar, a *ausência física do administrador régio*, Francisco de Sá e Menezes. A moradia em Belém incomodava os súditos maranhenses que se viam prejudicados pelo abandono da sombra do sol acusado de estar interessado muito mais em seus ganhos pessoais e particulares do que em resolver os problemas e as dificuldades que passavam os moradores de São Luis. Principalmente por que o mesmo tinha sido o responsável pela aplicação da finta, cabendo-o a fiscalização e o real cumprimento de suas atribuições.

Por fim, o conflito constante e histórico que envolvia os jesuítas e os súditos maranhenses por conta da querela da escravização indígena. Protegidos pelo monarca português, mais das vezes, os religiosos de Loyola conseguiam leis que permitiam a administração temporal e eclesiástica sobre os gentios, gerando uma insatisfação nos proprietários de terra que não tinham outra alternativa financeira para fazerem suas lavouras funcionarem. As disputas entre esses grupos foram marcadas, em anos anteriores, pela expulsão dos missionários, pelos ataques aos conventos, pelo saques às aldeias jesuíticas e pelo aprisionamento ilegal dos indígenas. (FERREIRA, 1955; SOUZA, 1977)

O movimento foi duradouro, já que teve seu término somente em 10 de Novembro de 1685, quando aquele apontado como “cabeça do motim”, Manoel Beckman, fora encaminhado à forca mais de vinte meses após o início do movimento. Talvez por isso, e pela sua representatividade na história colonial, o episódio do Maranhão proporcionou a produção de inúmeros trabalhos de caráter primário, histórico e literário. Enquanto as obras literárias, como de Clodoaldo Freitas (2001), Joaquim Elias Filho (1986) e Bernardo Almeida (1978) privilegiam um olhar de exaltação do herói Beckman, do sofrimento da forca, da luta pelos ideais emancipacionistas do Maranhão e da interpretação do movimento como uma revolução que alteraria profundamente a sociedade maranhense; os textos de cunho histórico como João Francisco Lisboa (1976), Milson Coutinho (2004) e Maria Liberman (1984), já utilizando de fontes primárias, dão uma maior ênfase na conjuntura de fatores que levam ao surgimento do motim, mas também é imagem de Beckman é associado à de um mártir e as melhorias propostas pelos revoltosos visavam melhor a vida do “povo” maranhense.

Podemos apontar como hipóteses para o grande manancial de pesquisas sobre a Revolta de Beckman a existência de um relativo número de obras e fontes sobre o episódio. João Felipe Betendorf (1910), Francisco Teixeira de Moraes (1877), Bernardo Berredo (1905) e os documentos do Conselho Ultramarino de uma maneira ou de outra tentam dar conta dos detalhes, das razões, dos problemas e das intrigas que viveu o Estado do Maranhão e Grão-Paraná entre os anos de 1684 e 1685. Aqui, nestas linhas, se privilegiará uma rápida interpretação sobre dois destes conjuntos de documentos: a *Crônica da Missão dos Padres Missionários da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão* do jesuíta João Felipe Betendorf e os documentos avulsos do Conselho Ultramarino indexados, catalogados e digitalizados pelo projeto resgate.

Em todas as obras históricas e literárias sobre a Revolta de Beckman o padre João Felipe Betendorf aparece sempre como principal testemunha ocular dos fatos (obras históricas) ou personagem central na trama do movimento (obras literárias), mesmo sabendo

que seu trabalho não se encontra em formato original na publicação do IHGB. Nascido em Luxemburgo, em 1623, entrou para a ordem dos missionários em 1645, onde para cumprir sua missão acabou por aportar em terras maranhenses, em 1652, devido a carência de missionários daquela localidade, ganhando 350 mil réis de pagamento para concretizar suas tarefas. Todavia, anos depois vivenciou em um dos momentos mais complicados de sua história, em 1661, quando os missionários de Inácio de Loyola estavam sendo expulsos da capitania por conta da querela da escravidão indígena. Este episódio acabou culminando na saída do padre Antonio Vieira das missões do Maranhão e sua transferência para a Bahia, local que nunca mais voltou.

Foi exatamente seguindo as ordens de Vieira, que segundo Betendorf, o mesmo resolveu ficar em São Luis, organizando e administrando o projeto jesuítico pelas bandas do extremo norte da América portuguesa. Sendo assim, o missionário acabou participando dos dois momentos de expulsão dos missionários jesuítas do Maranhão, em 1661 e 1684.

Sua obra é de 1699, ou seja, cinco anos após a eclosão da revolta. Todavia, mesmo o religioso apontando que sua obra passaria a idéia *de que seus olhos viram e constataram toda a realidade dos fatos* (1910: XIX) o seu objeto central não é a exposição da revolta e sim uma espécie de histórico do que foi a construção das missões jesuíticas no Maranhão. Por conta disso, o autor destaca a conquista da região frente aos franceses, mesmo reconhecendo que os descendentes da dinastia dos Valois foram os primeiros a edificar moradas naquelas localidades; aponta as principais atividades econômicas das principais capitânicas da região, que descreve lugar por lugar, onde destaca a pobreza como um elemento em comum entre elas; expõe as aldeias missionários e sua atuação do interior do Estado na catequização e proteção dos gentios frente a “fúria”, “violência” e “ganância” dos moradores de São Luis e Belém; descreve os tipos indígenas com suas particulares e peculiaridades; e ressalta o papel dos missionários no momento da invasão dos holandeses na capitania.

Sendo assim, somente no capítulo sete que o religioso se atém aos acontecimentos de 1684. Porém, antes disso, podemos perceber uma relação mais próxima entre Betendorf e Beckman quando o primeiro expõe a pendenga da prisão de Manoel Beckman, durante a gestão de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1670, por acusação de assassinato de Manoel Correia, filho de Agostinho Correia (Idem: 282). Durante o impasse sobre sua condenação e a consulta aos religiosos sobre o problema, o missionário destacava que não deveria condenar a morte uma pessoa sem uma prova, já que uma camisa manchada de sangue não poderia ser considerada um artifício cabível para prisão, pois o sangue era oriundo de sangria de enfermos das fazendas do acusado (Idem: 283). Interessante notar que além de

absolver Beckman, Betendorf ressaltava para dar validade as suas informações as relações sociais travadas naquela localidade, pois os irmãos acusados (já que Tomás Bequimão também o fora) eram genros de João Pereira de Cárceres, que tinha deixado uma generosa quantia de herança para o colégio Nossa Senhora da Luz quando de sua morte. No fim da devassa, os irmãos Beckmam foram inocentados e Francisco de Barros, outro acusado pelo evento no engenho de Vera Cruz.

Sobre o governador, Francisco de Sá e Menezes, o defendia em suas atitudes, destacando seu empenho em colocar estancos de todos os produtos, principalmente o cravo e o cacau, onde seriam introduzidos negros para auxiliar em sua extração. Dessa forma, os moradores de São Luis queixavam-se contra o estanco e da posse dos índios pelos padres jesuítas. Em suas palavras, os revoltosos muito erraram em dar a culpa aos padres da companhia, suposto que tinham o governo dos índios, não tinham a repartição deles, pois a tinha o Sr. Bispo, como prelado do Santo Antonio e um dos camaristas (Idem: 359).

Assim, Betendorf não só tirava a responsabilidade dos problemas de mão-de-obra indígena dos jesuítas como apontava o clero secular e a câmara com aqueles que resolveriam a questão. Para ele, o tumulto inicia com a circulação de pasquins facinorosos que fora denunciada pelo padre Manoel Nunes (mestre dos estudantes do colégio dos jesuítas) ao capitão-mor, Balthazar Fernandes. Os folhetos incitariam a população de tal maneira, que para o religioso os moradores estavam dispostos a tudo para a eclosão do motim: como nunca faltam homens turbulentos para levar adiante qualquer ocasião de tumultos, não faltaram alguns que com seus pasquins postos às escondidas pelos cantos das ruas iam incitando os homens contra o estanco e estaqueiros ou contrabandistas e outros (Idem: 359).

Destaca uma tentativa de negociação com os camaristas, no qual ele havia participado, destacando que a primeira acusação sempre era feita aos jesuítas. Todavia, menciona que nas primeiras reuniões dos amotinados não se tinha a intenção de expulsar os jesuítas, somente de tomar o seu poder temporal, situação alterada com a junta de 23 de fevereiro de 1684, quando a proposta de expelir os missionários da capitania. Neste momento, percebe-se uma alteração na fala de Betendorf, apontando a existência de demônios nas atitudes dos revoltosos: tendo já preso o capitão-mor, o capitão da guarda, e as infantaria toda as suas ordens, correram pelas ruas com tanto estrondo e gritarias que pareciam uns homens endemoneados (Idem: 361)

O discípulo de Antonio Vieira ainda tenta negociar com os amotinados a não expulsão dos religiosos, prometendo se livrar da administração dos índios, proposta que não fora aceita pelos moradores de São Luis. Sobre a tentativa de angariar o apoio da capitania do

Pará para o movimento, Betendorf descreve que o contato tinha sido feito frei Luiz de Pestana, mas que não obteve sucesso, já que em Belém os ânimos não estariam dispostos para imutar o levantamento dos homens do Maranhão (Idem: 364).

Sua impressão do movimento é um tumulto total. Desordens, demônios, ânimos exaltados, corações dispostos e ouvidos fechados para a razão. Para corroborar com esta questão descreve Beckman como disposto à morte pelos seus ideais, pois, segundo ele, como o diabo estava ao que parecia em o coração deste mais cruel homem e lhe faltava pela boca, tinha tanta eficácia suas palavras para o povo todo, que tudo quanto dizia lhe parecia óragos do céu (Idem: 366).

O momento da expulsão dos jesuítas do Maranhão desenhou com tons dramáticos, repletos de lágrimas, sofrimentos e tristeza. Valoriza a tentativa de Manoel Beckman o abrigar em sua casa, protegendo da fúria dos amotinados o jesuíta. A partir seu texto se divide em duas grandes sagas: os perigos enfrentados pelo barco menor que vinha de Pernambuco que carregava o padre Iodoco Peres e outros; e seu ato de “heroísmo” em, depois de passar pela Bahia, buscar apoio do monarca português e indicar Gomes Freire de Andrade para apaziguar os ânimos. Além disso, elabora uma espécie de memorial entregue ao sol português exigindo as novas atribuições da administração dos índios pelos missionários. Ele coloca sua ação como heróica no momento que impede tanto a exposição de Tomás Beckman do ocorrido na visão dos revoltosos, quanto a carta do padre Iodoco Peres pedindo a suspensão da missão dos religiosos de Loyola no Maranhão.

Com a chegada do novo governador, o controle da revolta e a punição os cabeças do motim, a capitania do Maranhão estava aberta à volta dos religiosos, ocorrida em seguida. Ao mesmo tempo em que o religioso destaca a boa recepção tida pela população local ao retorno dos missionários, ironicamente valoriza e epidemia de bexigas como um castigo divino pelos atos cometidos contra os padres da companhia. Enfim, para Betendorf a *Revolta de Beckman* só teve um objetivo atacar os jesuítas e fora castigada por isso, seja pela morte de seus líderes ou por uma epidemia que assolava diversas partes da América Portuguesa.

Enquanto isso, *o catálogo dos documentos manuscritos avulsos sobre a capitania do Maranhão no Arquivo Histórica Ultramarino* reflete um outro lado do episódio. De caráter mais administrativo, as consultas, as cartas e os pareceres deste órgão que fazia a relação entre Portugal e seus domínios ultramarinos, se aterem a muito mais o momento final de punição, julgamento e prisão dos envolvidos da revolta do que as razões que envolveram a revolta.

Ao todo são sete documentos: 1) carta de Gomes Freire de Andrade dando conta da sua atuação naquele Estado; 2) Consulta ao Rei D. Pedro II sobre a carta do ouvidor-geral

do Estado do Maranhão, Antonio de Albuquerque, de algumas pessoas criminosas existentes naquele Estado; 3) Carta do governador do Estado do Maranhão sobre a execução dos culpados no levantamento ou revolta encabeçada por Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio; 4) Carta do Sindicante Manuel Vaz Nunes dando conta da execução dos amotinados de 1684; 5) Consulta ao rei D. Pedro II sobre o interesse dos particulares no sossego e conservação do Estado do Maranhão; 6) Consulta ao rei D. Pedro II sobre as diligências realizadas pelo desembargador Manuel Vaz Nunes, relativo à revolta chefiada por Manuel Bequimão e Jorge de Sampaio; e 7) Consulta do Conselho Ultramarino ao rei Pedro II, sobre a execução dos culpados pelo levantamento dos moradores de São Luis do Maranhão.

Percebe-se que todos se remetem ao ano de 1685, na gestão de Gomes Freire de Andrade e ao controle do conflito. Apesar dos manuscritos do Conselho Ultramarino expor os problemas dos jesuítas, as dificuldades da câmara e as queixas contras alguns administradores régios, pouco se tem sobre a teia condutora da Revolta de Beckman, pelo menos nessa coleção digitalizada pelo Projeto Resgate.

A revolta é colocada como maléfica para a população, seus amotinados como anti-heróis que tumultuavam a paz da capitania e mereciam serem castigados pelas atitudes contra os monarcas. Na fala do Conselho Ultramarino, a idéia de tais movimentos como beneficiando o poder e a soberania do rei não aparecem. Pelo contrário, a extirpação do foco do motim, sem benefícios para a localidade, mostrava que o episódio tinha sido um erro e que não deveria se repetir. O retorno dos jesuítas e a ampliação de seus domínios, bem como a atuação de novas companhias comerciais no Maranhão e Grão-Pará demonstrava que a região estava indiscriminadamente submissa às ordens, desejos e caprichos do monarca português.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Bernardo. **O Bequimão**. São Luis: Sioge, 1978.
- BERREDO, Bernado Pereira de. **Anais Históricos do Maranhão**. Rio de Janeiro: Alumar, 1905.
- BETENDORF, João Felipe. “Crônica da Missão dos Padres Missionários da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume LXVII, 1910.
- BOXER, Charles R. **A Idade do Ouro no Brasil**: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COUTINHO, Milson. **A Revolta de Bequimão**. São Luis: Instituto Geia, 2004.
- FERREIRA, Arnaldo. **Os Jesuítas no Maranhão e Grão-Pará**. São Luis: s/e, 1955.
- FILHO, João Elias. **Bequimão na Força**. São Luis: Sioge, 1986.

- FREITAS, Clodoaldo. **O Bequimão: Esquisso de um Romance**. São Paulo: Sciliano, 2001.
- LIBERMAN, Maria. **O Levante do Maranhão – Judeu Cabeça do Motim: Manoel Beckman**. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/FFLCH-USP, 1983.
- LISBOA, João Francisco. **Jornal do Timón – Volume II: Apontamentos, Notícias e Observações para Servirem à História do Maranhão**. Brasília: Editora Alhambra Ltda/Alumar, 1997.
- _____ **Crônica do Brasil Colonial: Apontamentos para História do Maranhão**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MORAIS, Francisco Teixeira. “Relação Histórica e Política dos Tumultos que Sucederam na Cidade de São Luis do Maranhão” In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume XL, 1877, pp. 67-155.
- SOUZA, Padre José Coelho de. **Os Jesuítas no Maranhão**. São Luis: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.